

Eleitores e Eleitos: os agentes do poder em  
Campinas, na segunda metade do século XIX\*

Wanda Moreira Magalhães

Professora Doutora da USP. Coordenadora Cultural da União Cultural Brasil - Estados Unidos

Ao pesquisarmos a população campineira politicamente ativa, a partir de fontes e métodos ligados à demografia histórica, tivemos como objetivo fornecer à questão do poder local o embasamento empírico de um estudo de caso.

A maioria dos indivíduos aptos a votar na segunda metade do século XIX, pertencia à camada intermediária entre os senhores e os escravos, cada vez mais expressiva no país. Os eleitos ou nomeados para os cargos públicos integravam os tradicionais grupos oligárquicos e a nascente burguesia paulistas. Identificar esses personagens, caracterizá-los socialmente, explicitar seus trancos familiares, foram algumas das nossas intenções.

A configuração do cenário histórico regional do Oeste Paulista revela a precocidade da produção cafeeira de Campinas, logo transformada em franca liderança. A riqueza acumulada desde o período açucareiro incentivou as migrações, colocando o município numa posição ímpar em termos populacionais, financeiros e eleitorais.

O aumento da produção cafeeira do Oeste tornou Campinas um elo fundamental para a articulação das zonas produtoras e exportadoras, graças à sua localização no entrecruzamento de diversas rotas. A ligação ferroviária com a capital da província e com o porto, na década de 1870, representou o início de uma nova etapa na história da cidade.

Campinas adquiriu um aspecto híbrido, conformado por elementos dos mundos antigo e moderno. Um número excepcional de *barões* e congêneres apareciam não só como investidores na aplicação de capitais, mas também na própria direção de companhias de transporte, comunicação, bancos e associações financeiras, indústrias, comércio e imóveis urbanos. Famílias que tradicionalmente haviam sido o suporte local da monarquia, passavam a abrigar em-

pedernidos republicanos. O estoque de mão-de-obra escrava crescia nas fazendas, ao mesmo tempo que aumentavam as oportunidades de trabalho livre no centro urbano.

Essa conjuntura levou a uma redefinição da função da cidade, de sua relação com o campo e também das relações de mando. O poder público local, através da Câmara Municipal, da polícia, dos juizes, entre outros, passou a intermediar as ligações entre o poder governamental e o poder privado local.

As mudanças demográficas e econômicas do município refletiram-se na composição da camada a que era concedido o direito do voto. As informações contidas nos Alistamentos Eleitorais<sup>1</sup> revelaram que a maioria dos eleitores, registrados no período de 1850 a 1890, dedicava-se às atividades secundárias e terciárias e não à agricultura, como seria de esperar num município interiorano do século XIX. Uma vez que o setor de serviços desenvolve-se, fundamentalmente no ambiente urbano, é possível concluir que o eleitorado do município tornou-se, muito cedo, mais urbano do que rural.

Grande parte da população eleitoral possuía, pelo menos até 1876, apenas a renda anual mínima exigida por lei para a participação no processo eleitoral. Levando em conta a situação privilegiada de Campinas no contexto econômico da época, fica patente a enorme concentração das rendas geradas pelo lucrativo negócio cafeeiro.

A partir de 1881, as eleições passaram a ser diretas e foram admitidos, nos

\* MAGALHÃES, Wanda Moreira. *Eleitores e eleitos: os agentes do poder em Campinas, na segunda metade do século XIX*. Tese (Doutorado), USP, 1992.

<sup>1</sup> SÃO PAULO. Arquivo do Estado. São Paulo, latas 5.743, 5.744 e 5.745.

pleitos, os acatólicos, os ingênuos e os libertos. Os naturalizados há mais de seis anos ganharam o direito à elegibilidade.

Apesar da aparente *democratização* do processo eleitoral, houve, em todo o Império, uma drástica redução no número de eleitores alistados logo após a promulgação da lei. As explicações apresentadas pela historiografia dividem-se e parece existir certa confusão concernente a essa matéria. Alguns autores atribuem a queda à elevação da renda mínima e à exigência da condição de alfabetizado. Tais tentativas de explicação não podem ser aceitas, porque o censo mínimo permaneceu o mesmo e a alfabetização só foi exigida a partir das eleições de 1882.

O que consideramos como hipótese mais provável é que o maior rigor em relação às *provas de renda* foi o verdadeiro funil nos pleitos da década de 1880. As comparações estatísticas das listas por nós pesquisadas mostraram que o grupo mais excluído foi o dos agricultores pobres, aí incluídos os ex-escravos.

A difusão das reivindicações liberais tornava presente a possibilidade dos ex-escravos virem a participar politicamente na sociedade. Era urgente conciliar tal fato com a manutenção da dominação política de seus antigos e atuais proprietários. A Lei Saraiva pode ter sido a resposta encontrada para essa situação. A instauração das eleições diretas, tão insistentemente reclamadas, ao contrário de democratizar o processo eleitoral, tornou-o muito mais seletivo, alijando do direito de cidadania uma grande parte da população mais desfavorecida.

As duas tendências apontadas - a diversificação dos investimentos dos proprietários rurais no ambiente citadino e a *urbanização e letização* dos eleitores - eram consoantes e convergiam para um mesmo fim. Foi mantida, e mesmo ampliada, a capacidade dos fazendeiros de *fazer favor*. No ambiente clientelístico do final do Império, isso significava obter maior eleitorado e, conseqüentemente, uma posição mais alta na hierarquia política.

O exame da apropriação do aparelho político-administrativo local revelou alguns aspectos interessantes.<sup>2</sup> Foi significativa a participação de elementos exteriores às principais parentelas locais, mas não o suficiente para tirar-lhes o controle do município. Existiam dife-

renças na distribuição dos cargos entre membros e não-membros das famílias tradicionais da região. Diferenças que atuavam no sentido de limitar a presença dos segundos. Tais indivíduos ocuparam somente os cargos de menor prestígio e poder na hierarquia política da época (delegado, juiz de direito, eleitor e juiz de paz, em contraposição aos cargos de vereador, juiz municipal, deputado provincial e geral) e menos vezes do que os membros das parentelas políticas.

A análise da genealogia dessa parcela da camada dominante municipal demonstrou que os grupos familiares dos primeiros proprietários rurais mantiveram o controle das principais funções políticas até o final do período estudado.<sup>3</sup> Foram eles: os Teixeira Nogueira, descendentes da família do primeiro pároco de Campinas; os Camargos, familiares do capitão-mor; os Souza Aranha, que descendiam do fundador do primeiro estabelecimento agrícola; e os Sales, cujos primeiros membros eram ligados ao fundador da cidade.

Além disso, a pesquisa genealógica demonstrou o espesso inter-relacionamento existente entre as famílias dominantes. Assim como a herança era a garantia de preservação do patrimônio familiar, privilegiando a influência de um determinado ramo em detrimento de outro, também o casamento era um viés para a concretização de tal finalidade.

As diversas ligações endogâmicas encontradas impediram a pulverização do poder, enquanto a intrincada rede de casamentos entre membros das principais parentelas tornava-os *parentes* e, portanto, fortalecidos econômica e politicamente. A pluralidade de nomes e sobrenomes transformava-se, na prática, na singularidade de um mesmo grupo, coeso e hegemonicamente incontestado.

<sup>2</sup> A listagem com os nomes de todos os que ocuparam alguma função político-administrativa em Campinas, na segunda metade do século XIX foi elaborada a partir da pesquisa nos Almanacos do Município e do Estado, periódicos locais, documentos eleitorais em geral e correspondência do juiz de direito. (Arquivo do Estado de São Paulo).

<sup>3</sup> MOYA, Salvador de. *Índices genealógicos brasileiros*, 6. Instituto Genealógico Brasileiro, s.d./l. LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Genealogia paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1905. 9v.